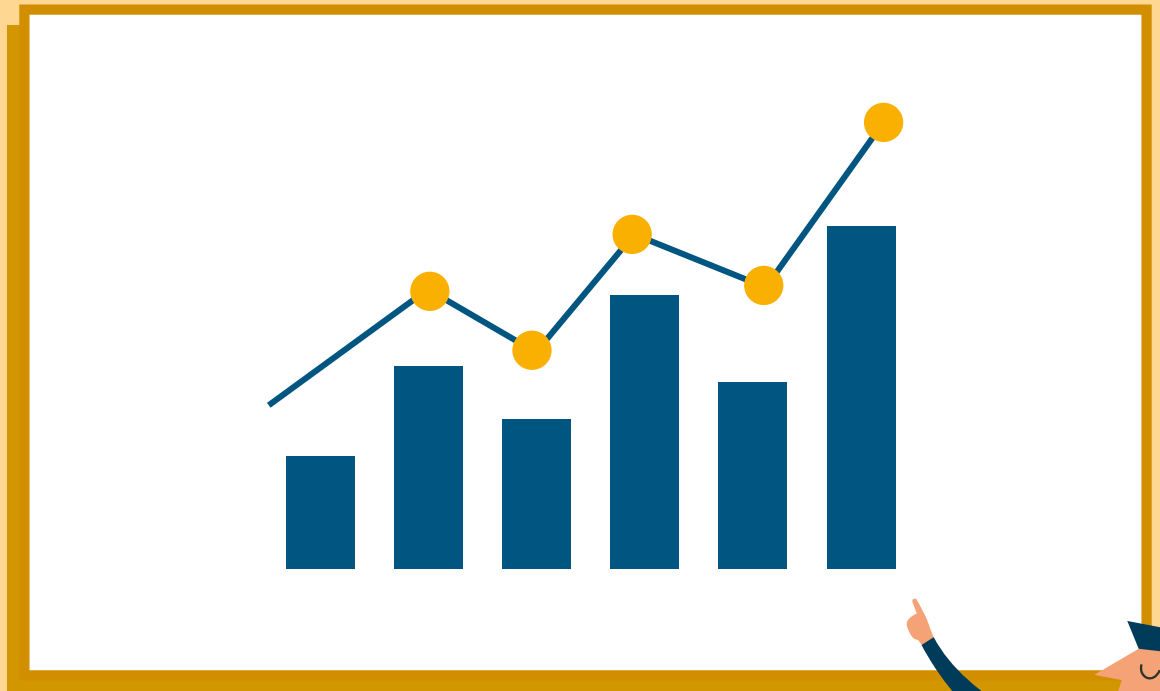




ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA	05
ADMINISTRAÇÃO DA PREVEME	06
NÚMERO DE PARTICIPANTES	07
INVESTIMENTOS - PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE POR GESTOR	
1. TOTAL DOS INVESTIMENTOS	08
2. GESTÃO TERCEIRIZADA	09
3. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS	09
DESPESAS	
1. DESPESAS COM CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	10
2. DESPESAS COM PESSOAL	11
3. DESPESAS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS	11
4. DESPESAS DIVERSAS	12
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	13
PARECER DA AUDITORIA	14
PARECER ATUARIAL	17
ANEXO I: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	19
ANEXO II: DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	25
ANEXO III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	28
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO	46
PARECER DO CONSELHO FISCAL	47
ANEXO IV: PARECER ATUARIAL	48





MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

A Diretoria da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II apresenta a seguir o Relatório Anual de 2016 da entidade.

Por meio dele, você poderá conferir como se encontra a administração do Plano da PREVEME, a situação patrimonial, as despesas administrativas e de investimentos, a situação dos investimentos: como alocação, gestão e rentabilidade obtida no período. Esta publicação tem por objetivo demonstrar a integridade patrimonial e financeira do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa administrados pela PREVEME II.

Deste modo, leia atentamente o conteúdo deste Relatório, que traz pontos importantes a respeito da gestão da entidade.

Boa leitura.

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEME II



ADMINISTRAÇÃO PREVEME

CONSELHO DELIBERATIVO



Fernando do Valle – Presidente
Afonso Chaguri – Conselheiro
Francisco Barbeiro – Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Marcio Pomini – Presidente
Anderson Cotrim – Conselheiro
Renata Mendes – Conselheira



DIRETORIA EXECUTIVA



Gustavo Ceccato – Diretor Superintendente
Nei Alves – Diretor Administrativo e de Investimentos
Rita Duarte – Diretora Jurídica

No Conselho Fiscal e no Conselho Deliberativo há um conselheiro escolhido pelas patrocinadoras para ser o representante dos participantes, inclusive aposentados.

No Conselho Fiscal seu representante é o Anderson Cotrim e no Conselho Deliberativo é o Francisco Barbeiro.



NÚMERO DE PARTICIPANTES

Apresentamos o número de participantes da Entidade. Estes números são referentes ao último dia do ano.

Participantes Ativos	3.582
Participantes Contribuintes	1.573
Participantes Não Contribuintes	2.009
Participantes em Benefício Proporcional Diferido	378
Participantes em Autopatrocínio	30
Aposentados	140
Total	4.130

INVESTIMENTOS PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE POR GESTOR

I. TOTAL DOS INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	GESTORES	TOTAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS	%
Renda Fixa		183.176.325,60	88,10%
Capitania CP FIM	Capitânia	16.629.228,75	8,00%
Capitania Index	Capitânia	3.960.026,26	1,90%
FIRF CP Imob	Novero	4.368.088,27	2,10%
Match DI	BNP Paribas	44.979.320,26	21,63%
Coruja	Novero	49.633.616,26	23,87%
Pelicano	Franklin	41.707.543,89	20,06%
Títulos Públicos	JP Morgan	21.898.501,91	10,53%
Renda Variável		5.699.180,11	2,74%
Expertise	Sul America	494.077,54	0,24%
PIPE FIC FIA	Pátria	4.605.083,09	2,21%
Small Caps FIC	Quest	600.019,48	0,29%
Investimentos Estruturados		2.275.883,17	1,09%
FII F Centerci	Rio Bravo	864.584,44	0,42%
RE III	Pátria	1.411.298,73	0,68%
Investimentos no Exterior		11.575.923,07	5,57%
BB MM Blackrock IE	Black Rock	5.747.735,54	2,76%
BB Multi JPM IE FI	JP Morgan	3.729.064,44	1,79%
JPM Global Research	JP Morgan	2.099.123,09	1,01%
Operações com Participantes		5.180.980,30	2,49%
Empréstimos	Adm. Própria	5.180.980,30	2,49%
Total		207.908.292,25	100,00%

2. GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestores	Total por Gestor	% do Total dos Investimentos
Administração Própria	5.180.980,30	2,49%
Black Rock	5.747.735,54	2,76%
BNP	44.979.320,26	21,63%
Capitânia	20.589.255,01	9,90%
Franklin	41.707.543,89	20,06%
JP Morgan	27.726.689,44	13,34%
Novero	54.001.704,53	25,97%
Pátria	6.016.381,82	2,89%
Quest	600.019,48	0,29%
Rio Bravo	864.584,44	0,42%
Sul America	494.077,54	0,24%
Total dos Investimentos	207.908.292,25	100,00%

3. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIO

Investimentos	Rentabilidade	Benchmark	2016	
Global	11,82	Global	CDI + 0,50% a.a	14,56
Renda Fixa	12,41	Renda Fixa	70% CDI + 30% IMAB5+	18,98
Renda Variável	14,52	Renda Variável	IBrX	41,63
Estruturados	1,98	Estruturados	IPCA + 5,0% a.a	11,60
Exterior	-14,02	Exterior	MSCI World	5,32
Operações com participantes	15,45	Operações com participantes	IPCA + 5,0% a.a	11,60

OBS: ○ resumo da Política de Investimentos pode ser verificado no Anexo I deste Relatório.
 ○ Demonstrativo de Investimentos pode ser verificado no Anexo II deste Relatório.

DESPESAS

I. DESPESAS COM CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO PLANO PREVEME II	
Classificação	
Andima	2.738,75
Cartório	1.406,42
CETIP	61.485,79
Controladoria	10.961,47
Correios	1,78
Corretagem de Ações	38,24
Corretagens BM&F	113.216,87
Custódia	29.055,95
CVM	7.546,56
Despesa Bancária	213,00
Despesas Gráficas	1,18
Emolumentos de Swap	260,00
Gestão	371.219,82
Jurídico	0,63
Outros BM&F Swap	44,40
Pagamento de CBLC	14,63
Performance	100.248,89
SELIC	3.561,45
Taxa Bovespa	190,71
Taxa de Administração	68.810,90
Taxa de Fiscalização CVM	25.873,92
Taxa de Permanência de Futuros	451,77
Taxa de Permanência de Swap	107,40
Total	797.450,53

2. DESPESAS COM PESSOAL

Em 2016 o Plano de Gestão Administrativa da PREVEME II efetuou o pagamento de R\$ 598.781,09 com despesas referentes à folha de salários dos funcionários e estagiários, sendo que deste total, o valor de R\$ 299.390,55 foi reembolsado pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME devido ao rateio dessas despesas em função do esforço laboral dos funcionários ser demandado para trabalhos com esta entidade.

A PREVEME II segue a mesma política de remuneração variável da Patrocinadora Principal.

3. DESPESAS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS

	Prestador	2016
Previdencial		
Consultoria Atuarial	Towers Watson	67.348,08
Consultoria Contábil	JCMB Consultores	206.797,48
Auditoria Contábil	Ernst & Young	20.910,00
	PWC	4.813,00
Outras Despesas		
Comunicação	Serifa Edit.	4.000,00
Manutenção site	Cyberdoc	210,00
	Linea Creativa	910,00
Investimentos		
Consultoria dos Investimentos	PPS	17.169,58
Total		322.158,14

4. DESPESAS DIVERSAS

Em 2016 o Plano de Gestão Administrativa administrado pela PREVEME II efetuou o pagamento de R\$ 134.798,74 com despesas diversas, correspondentes a 12,77% das despesas totais do Plano.

	2016
Certificações	646,00
Correios	14.459,15
Despesas Bancárias	487,38
Despesas Cartorárias	6.035,04
Impostos Municipais	41,90
Informática	215,88
Material e Serviços	304,85
Multas e Juros	3.364,85
Pis e Cofins	62.242,83
Serasa	12.321,71
Tafic	10.850,00
Treinamentos/Congressos/Seminários	18.600,06
Viagens e Estadias	5.229,09
Total	134.798,74

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

ATIVO	2016	2015
Disponível	28	48
Realizável	208.504	174.916
Gestão Previdencial	6	104
Gestão Administrativa	32	164
Investimentos	208.466	174.648
Títulos Públicos	21.899	20.298
Fundos de Investimentos	181.491	149.192
Empréstimos e Financiamentos	5.076	5.155
Outros Realizáveis	-	3
Total do ATIVO	208.532	174.964
PASSIVO	2016	2015
Exigível operacional	297	756
Gestão Previdencial	179	473
Gestão Administrativa	105	128
Investimentos	13	155
Patrimônio social	208.235	174.208
Patrimônio de Cobertura do Plano	204.292	170.693
Provisões Matemáticas	198.526	165.195
Benefícios Concedidos	33.383	23.154
Benefícios a Conceder	170.155	146.932
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-5.012	(4.891)
Equilíbrio Técnico	5.766	5.498
Resultados Realizados	5.766	5.498
Superávit Técnico Acumulado	5.766	5.498
Fundos	3.943	3.515
Fundos Previdenciais	2.588	2.535
Fundos Administrativos	591	326
Fundos de Investimentos	764	654
Total do PASSIVO	208.532	174.964

As Demonstrações Contábeis completas podem ser verificadas no Anexo III deste Relatório.

PARECER DA AUDITORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 3(c.2), a Entidade possuía em 31 de dezembro de 2016 investimentos no Capitania Multi Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado e no Capitania Index Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, denominados ("Fundos Investidos"), que totalizam um montante de R\$ 20.589 mil. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente, que pudessem comprovar a posição patrimonial e financeira dos respectivos Fundos Investidos nessa data, em virtude de não termos tido acesso às suas informações financeiras auditadas. Adicionalmente, o relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras dos Fundos Investidos, referente aos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016, respectivamente, contiveram ressalvas de limitação de escopo, uma vez que, os outros auditores dos Fundos Investidos não obtiveram evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto, (i) o valor recuperável de investimentos indiretos em certos Certificados de Recebíveis Imobiliários, (ii) e não obtiveram as demonstrações financeiras auditadas de um dos fundos investidos indiretamente, por se tratar de início de suas atividades. Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos indiretos detidos pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, bem como o resultado por eles produzidos no exercício findo nessa mesma data e os correspondentes reflexos nas demonstrações contábeis da Entidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em



Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II

relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 4 de março de 2016, sem ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.



Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II

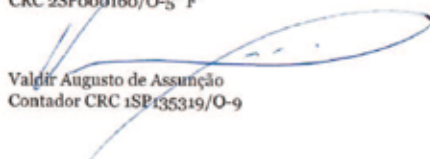
Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"



Valdir Augusto de Assunção
Contador CRC 1SP135319/O-9

PARECER ATUARIAL

A consultoria Willis Towers Watson, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios mantido pela PREVEME II, apresentou Parecer Atuarial sobre a situação atuarial do Plano.

As principais hipóteses financeiras e biométricas utilizadas pela consultoria Towers foram:

	2016	2015
Hipóteses Econômicas e Financeiras		
Taxa real anual de juros	5,0%	5,0%
Projeção do crescimento real de salário	4,0%	4,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Hipóteses Biométricas e Demográficas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)
Tábua de Rotatividade	Experiência Towers Watson modificada PREVEME II	Experiência Towers Watson modificada PREVEME II
Outras Hipóteses		
Probabilidade de Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Composição familiar		
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic desagravada em 10%.

VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com 31/12/2015:

	Valores em R\$	
	31/12/2016	31/12/2015
Passivo Atuarial	203.538.528,07	170.086.524,43
Benefícios Concedidos	33.383.037,21	23.154.438,93
Contribuição Definida	33.383.037,21	23.154.438,93
Benefícios a Conceder	170.155.490,86	146.932.085,50
Contribuição Definida	167.862.781,86	144.008.963,50
Benefício Definido	2.292.709,00	2.923.122,00

Para o fechamento do exercício de 2016 foi realizado estudo de aderência da hipótese de taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, pelo consultor Willis Towers Watson.

As demais hipóteses foram mantidas e estão de acordo com o estudo de aderência realizado em dezembro de 2014.

O Parecer Atuarial completo pode ser verificado no Anexo IV deste Relatório.

ANEXO I: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 17/01/2017 16:51:42

Informações da Entidade

Código: 4604

Sigla: PREVEME II

Exercício: 2017

Plano de Benefícios: 2010002083 - PLANO DE BENEFÍCIOS

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
70,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
30,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B 5+	0,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00
100,00	INVESTIMENTOS	100,00	IPCA	5,50
100,00	INVESTIMENTOS NO	100,00	MSCI-World	0,00
100,00	PLANO	100,00	IPCA	0,50

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 0

Data: 12/01/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	PLANO	CLAUDINEI APARECIDO ALVES	048.827.118-50	DIRETOR ADMIN. E DE INVESTIMENTOS

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco Operacional

Outros

Realiza o apuração de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	85,00	74,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	8,00
IMÓVEIS	0,00	5,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	7,00	5,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	5,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	5,00	10,00	8,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	14,37	6,97	10,04	
RENDA FIXA	18,15	7,81	0,00	
RENDA VARIÁVEL	-4,91	5,63	0,00	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	7,75	2,14	0,00	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	-11,31	0,00	
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	16,82	8,92	0,00	

Observação:

Observações



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 17/01/2017 16:45:13

Informações da Entidade

Código: 4604 Sigla: PREVEME II Exercício: 2017
Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2017 a 12/2017

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	IPCA	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	IPCA	0,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 0 Data: 12/01/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	PLANO	CLAUDINEI APARECIDO ALVES	048.827.118-50	DIRETOR ADMIN. E DE INVESTIMENTOS

Controle de Risco

Risco de Mercado Risco de Liquidez Risco Operacional
Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	100,00	100,00	100,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não			
Utiliza derivativos? Não			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM			x
ORGANISMO MULTILATERAL			x
COMPANHIA SECURITIZADORA			x
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA			x
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE			x
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO			x

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:


Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2015	1º Sem 2016	2017	Não Aplica
PLANO	7,40	6,67	4,80	
RENDA FIXA	7,40	6,67	4,80	
RENDA VARIÁVEL				x
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação:

Observações

ANEXO II: DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

 PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos	
Mês de Referência: 12/2016	
Entidade: 4604-PREVEME II	
Plano de Benefícios: 2010002083-PLANO DE BENEFÍCIOS	
Data de Geração: 16/02/2017 08:23:28	
Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	207.817.520,06
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	207.817.520,06
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	26.988.710,04
Depósitos:	26.428,88
Títulos Públicos:	21.898.501,91
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	5.499.898,50
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-436.119,25
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	180.828.810,01
20.519.417/0001-72	49.633.616,26
20.643.534/0001-43	41.707.543,88
17.397.125/0001-08	5.747.735,53
17.413.636/0001-68	3.729.064,44
09.636.393/0001-07	44.979.320,26
12.282.909/0001-69	3.960.026,25
09.412.687/0001-47	16.629.228,74
03.683.056/0001-86	864.584,44
15.862.639/0001-53	4.368.088,27
17.340.392/0001-30	2.099.123,08
18.563.785/0001-76	1.411.298,72
20.056.368/0001-89	4.605.083,08
11.392.165/0001-72	600.019,47
16.892.122/0001-70	494.077,53

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2016

Entidade: 4604-PREVEME II

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 15/02/2017 16:49:47

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	664.011,70
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	664.011,70
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	1.623,26
Depósitos:	1.644,14
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-20,88
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	662.388,43
09.636.393/0001-07	662.388,43

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

ANEXO III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

ATIVO	2016	2015
Disponível	28	48
Realizável	208.504	174.916
Gestão Previdencial	6	104
Gestão Administrativa	32	164
Investimentos	208.466	174.648
Títulos Públicos	21.899	20.298
Fundos de Investimentos	181.491	149.192
Empréstimos e Financiamentos	5.076	5.155
Outros Realizáveis	-	3
Total do ATIVO	208.532	174.964
PASSIVO	2016	2015
Exigível operacional	297	756
Gestão Previdencial	179	473
Gestão Administrativa	105	128
Investimentos	13	155
Patrimônio social	208.235	174.208
Patrimônio de Cobertura do Plano	204.292	170.693
Provisões Matemáticas	198.526	165.195
Benefícios Concedidos	33.383	23.154
Benefícios a Conceder	170.155	146.932
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.012)	(4.891)
Equilíbrio Técnico	5.766	5.498
Resultados Realizados	5.766	5.498
Déficit Técnico Acumulado	5.766	5.498
Fundos	3.943	3.515
Fundos Previdenciais	2.588	2.535
Fundos Administrativos	591	326
Fundos de Investimentos	764	654
Total do PASSIVO	208.532	174.964

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

	2016	2015	Varição
A) Patrimônio social – início do exercício	174.208	129.132	34,91%
I. Adições	54.121	53.873	0,46%
(+) Contribuições previdenciais	26.219	30.829	14,95%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	26.472	21.442	23,46%
(+) Receitas administrativas	1.235	1.338	-7,70%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	85	24	254,17%
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	110	240	-54,17%
2. Destinações	(20.094)	(8.797)	128,42%
(-) Benefícios	(13.288)	(6.821)	94,81%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(5.751)	(794)	624,31%
(-) Despesas administrativas	(1.055)	(1.181)	-10,67%
(-) Resultado negativo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(1)	-100%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	34.027	45.076	-24,51%
(+) Provisões matemáticas	33.331	41.745	-20,16%
(+) Superavit/déficit técnico	268	1.500	-82,13%
(+) Fundos previdenciais	53	1.411	-96,24%
(+/-) Fundos administrativos	265	180	47,22%
(+) Fundos dos Investimentos	110	240	-54,17%
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	208.235	174.208	19,53%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

	2016	2015	Varição
a) Fundo administrativo do exercício anterior	326	146	123,29%
I. Custeio da gestão administrativa	1.320	1.362	-3,08%
I.1. Receitas	1.320	1.362	-3,08%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	858	928	-7,54%
Custeio administrativo dos Investimentos	11	6	83,33%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	66	68	-2,94%
Resultado positivo líquido dos Investimentos	85	24	254,17%
Outras Receitas	300	336	-10,71%
2. Despesas administrativas	(1.055)	(1.181)	-10,67%
2.1. Administração previdencial	(1.026)	(1.112)	-7,73%
Pessoal e Encargos	(599)	(589)	1,70%

Treinamentos/congressos e seminários	(19)	(8)	137,50%
Viagens e estadias	(5)	(6)	-16,67%
Serviços de terceiros	(305)	(400)	-23,75%
Despesas gerais	(25)	(35)	-28,57%
Tributos	(73)	(74)	-1,35%
2.2. Administração dos investimentos	(29)	(69)	-57,97%
Serviços de terceiros	(17)	(39)	-56,41%
Despesas gerais	(12)	(30)	-60%
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	(1)	-100%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	265	180	47,22%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	265	180	47,22%
8. Operações Transitórias		-	-
b) Fundo Administrativo do exercício atual (A+7+8)	591	326	81,29%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVEME
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

	2016	2015	Varição
I. Ativos	208.427	174.836	19,21%
Disponível	26	48	-45,83%
Recebível	597	430	38,84%
Investimento	207.804	174.358	19,18%
Títulos Públicos	21.899	20.298	7,89%
Fundos de investimento	180.829	148.905	21,44%
Empréstimos e Financiamentos	5.076	5.155	-1,53%
2. Obrigações	192	628	-69,43%
Operacional	192	628	-69,43%
3. Fundos não previdenciais	1.355	980	38,27%
Fundos administrativos	591	326	81,29%
Fundos dos investimentos	764	654	16,82%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	206.880	173.228	19,43%
Provisões matemáticas	198.526	165.195	20,18%
Superávit técnico	5.766	5.498	4,87%
Fundos previdenciais	2.588	2.535	-2,09%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	5.766	5.498	4,87%
a) Equilíbrio técnico	5.766	5.498	4,87%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	5.766	5.498	4,87%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

	2016	2015	Varição
A) Ativo líquido – início do exercício	173.228	128.572	34,73%
I. Adições	53.549	53.199	0,66%
(+) Contribuições	27.077	31.757	-14,74%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	26.472	21.442	23,46%
2. Destinações	(19.897)	(8.543)	132,90%
(-) Benefícios	(13.288)	(6.821)	94,81%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(5.751)	(794)	-624,31%
(-) Custeio administrativo	(858)	(928)	-7,54%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	33.652	44.656	-24,64%
(+) Provisões matemáticas	33.331	41.745	-20,16%
(+) Fundos previdenciais	53	1.411	-96,24%
(+/-) Superávit técnico do exercício	268	1.500	-82,13%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)	206.880	173.228	19,43%
C) Fundos não previdenciais	1.355	980	38,27%
(+) Fundos administrativos	591	326	81,29%
(+) Fundos dos Investimentos	764	654	16,82%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
 PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVEME – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

	2016	2015	
Provisões técnicas (1+2+3+4)	207.836	174.510	19,10%
I. Provisões matemáticas	198.526	165.195	20,18%
I.1 Benefícios concedidos	33.383	23.154	44,18%
Contribuição Definida	33.383	23.154	44,18%
I.2 Benefícios a conceder	170.155	146.932	15,81%
Contribuição Definida	167.863	144.009	16,56%
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	91.356	78.903	15,78%
Saldo de Contas – parcela participantes	76.507	65.106	17,51%
Benefício definido	2.292	2.923	-21,59%
I.3. Provisões matemáticas a constituir	(5.012)	(4.891)	2,47%
(-) Patrocinadores	(5.012)	(4.891)	2,47%
2. Equilíbrio técnico	5.766	5.498	4,87%
2.1 Resultados Realizados	5.766	5.498	4,87%
Superávit técnico acumulado	5.766	5.498	4,87%
Reserva de contingência	393	541	-27,36%
Reserva para revisão do plano	5.373	4.957	8,39%
3. Fundos	3.352	3.189	5,11%
3.1 Fundo Previdencial	2.588	2.535	2,09%
3.2 Fundo dos Investimentos – Gestão Previdencial	764	654	16,82%
4. Exigível operacional	192	628	-69,43%
4.1 Gestão previdencial	179	473	-62,16%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	13	155	-91,61%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM R\$ MIL)

I - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II (“Entidade” ou “PREVEME II”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída na forma da legislação em vigor.

A PREVEME II tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral da previdência social, voltado aos empregados, vinculados às Patrocinadoras mediante contribuição de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras, ou de ambos, na forma que dispuser os respectivos Planos de Benefícios.

As Patrocinadoras contribuintes são:

- 3M do Brasil Ltda.;
- 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda;
- Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II; e
- Instituto 3M.

O plano de benefícios administrado pela PREVEME II está adequado aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº6, de 30 de outubro de 2003.

A Entidade administra um plano de contribuição variável inscrito sob o nº 2010.0020-83 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A modalidade do plano de benefícios da PREVEME II é de contribuição variável. Os benefícios oferecidos são: (a) aposentadoria normal; (b) aposentadoria antecipada; (c) aposentadoria por invalidez; (d) pensão por morte e (e) benefício proporcional. Todos os benefícios são calculados com base na transformação do saldo de conta total em renda. As opções de recebimento podem ser (i) prazo certo, (ii) percentual sobre o saldo (de 0,1% a 2%) ou (iii) renda mensal definida em Reais. Porém, nos casos de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte o plano garante acréscimos de saldo referentes às contribuições futuras da patrocinadora.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da PREVEME II são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes, participantes autopatrocínados, benefício proporcional diferido e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Entidade conta com 3.412 Participantes Ativos (3.568 em 2015) e 140 Participantes Assistidos (105 em 2015).

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observada as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis a Entidade são Previdencial e Administrativa.

Em 17 de dezembro de 2015 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – MPS/SPC, através da Instrução nº 25, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 atualizando os modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). As alterações das Demonstrações Contábeis entraram em vigor na data da publicação da Instrução, produzindo os efeitos de forma facultativa e a critério da Entidade, a partir da data da publicação e, de forma obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016. Foram promovidas as seguintes alterações:

- Balanço Patrimonial a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos”, visando a adequar às recentes informações exigidas pela Receita Federal na Escrituração Contábil Digital (ECD).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA), foi incluída a rubrica “Tributos” bem como foi reposicionada a rubrica “Contingências”;
- Demonstração do Ativo Líquido (DAL) a fusão dos registros “Empréstimos” e “Financiamentos” e a evidenciação do “Equilíbrio Técnico” para a Entidade que registra “ajuste de precificação”.
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), foram inseridas informações do referido valor em adições, destinações e acréscimos para os “resultados a realizar”. Da mesma forma, foi solicitado o aprimoramento da evidenciação destas informações nas Notas Explicativas.

3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

A. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

B. REALIZÁVEL

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

C. INVESTIMENTOS – ATIVO

C.1. TÍTULOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 3.792 de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução CMN nº 4.275 de 31 de outubro de 2013 e CGPC nº 04 de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

C.2. FUNDOS DE INVESTIMENTOS

As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa:** Quotas de fundos de investimentos de Renda Fixa, Multimercado, Participações e Imobiliário - estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma "pro rata" até a data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.
- **Renda Variável:** Quotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma "pro rata" até a data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio do Banco Bradesco S.A., encarregados pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativo constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

A Entidade possuía em 31 de dezembro de 2016 investimentos no Capitania Multi Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado e no Capitania Index Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, denominados ("Fundos Investidos"), que totalizam um montante de R\$ 20.589 mil. O relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras dos Fundos Investidos, referente aos exercícios findos em 30 de junho de 2016 e 30 de setembro de 2016, respectivamente, contiveram ressalvas de limitação de escopo, uma vez que, os auditores dos Fundos Investidos não obtiveram evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto:

- i. o valor recuperável de investimentos indiretos em certos Certificados de Recebíveis Imobiliários.
- ii. e não obtiveram as demonstrações financeiras auditadas de um dos fundos investidos indiretamente, por se tratar de início de suas atividades.

Consequentemente, não foi possível aos auditores determinar a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos indiretos detidos pela Entidade.

C.2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela PREVEME II de acordo com o regulamento de empréstimo. Seu saldo reflete a posição da carteira na data do Balanço, atualizado pela Taxa Básica de Juros (Selic) e de encargos financeiros tal como Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

C.3. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para a constituição da provisão PCLD são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;

- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias. A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

D. EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

E. PATRIMÔNIO SOCIAL

E.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

E.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 22, de 25 de novembro de 2015.

E.3. FUNDOS

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor da conta de patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e poderá ser utilizado pela Entidade.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano.

O Fundos dos Investimentos, é constituídos/revertidos com a finalidade suportar valores relacionados a carteira de empréstimos do plano.

F. OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

4. DISPONÍVEL

Representado por conta corrente reconhecidos por seus valores em moeda nacional na seguinte instituição financeira:

	2016	2015
Imediato		
Banco Bradesco S.A.		47
BNY Mellon—Bradesco		1
Banco Santander	28	
Total do Disponível	28	48

5. REALIZÁVEL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos patrocinadores e participantes.

	2016	2015
Recursos a receber		
Contribuição do mês – Patrocinadoras	-	66
Contribuição do mês – Participantes	6	36
Contribuição do mês	-	102
Outros Realizáveis	-	2
Total da Gestão Previdencial	6	104

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	2016	2015
Contas a receber		
Outros recursos a receber (*)	25	162
Outros realizáveis	7	2
Total da Gestão Administrativa	32	164

(*) Outros recursos a receber, referem-se as transferências financeiras que irão ocorrer entre o Plano Previdencial e o PGA.

5.3. INVESTIMENTOS

A. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA:

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários da Entidade, por montante e natureza dos investimentos, era a seguinte:

	Natureza	2016	2015
Títulos mantidos até o vencimento			
Títulos Públicos		21.899	20.298
Notas do Tesouro Nacional – B	Público	21.899	20.298
Títulos para negociação			
Fundos de Investimentos		181.491	149.192
Renda Fixa		70.599	46.094
F3M GAP IMOB	Privada	4.368	4.135
3M CAPITANIA	Privada	16.629	14.500
CAPITANIA INDEX C	Privada	3.960	3.491
BNPP MATCH DI FI RF	Privada	45.642	23.968
Ações		7.798	7.200
3M QUEST SMALL CAPS	Privada	600	500
3M EXPERTISE	Privada	494	434
JPM GLOBAL RESEAR	Privada	2.099	2.395
3M PATPIPI	Privada	4.605	3.871
Multimercado		100.818	93.686
3M BB MULTI JPM IE	Privada	3.729	4.256
BB MM BLACKROCK	Privada	5.748	6.801
GAP CORUJA (exclusivo)	Privada	49.634	-
PELICANO FIM (exclusivo)	Privada	41.707	36.536
Participações		1.411	1.535
3M PAESTIII	Privada	1.411	1.535
Imobiliário		865	677
3M FII CENTRE	Privada	-	677
3M FI IMOB RIO CORP	Privada	865	-
Empréstimos e Financiamentos		5.076	5.155
Outros Realizáveis		-	3
Total da carteira de investimentos		208.466	174.648

Os títulos e valores mobiliários, foram classificados em sua maioria, como “títulos para negociação”, sem vencimento e estão registrados pelo valor de mercado.

B. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA POR PRAZO DE VENCIMENTO:

		2016		2015	
Vencimento		Custo Corrigido	Valor de Mercado	Custo Corrigido	Valor de Mercado
Títulos mantidos até o vencimento					
Títulos Públicos	Acima de 360 dias	21.899	24.081	20.298	20.298
Títulos para negociação					
Fundos de Investimentos		181.491	181.491	149.192	149.192
Renda Fixa	Sem vencto	70.599	70.599	46.094	46.094
Ações	Sem vencto	7.798	7.798	7.200	7.200
Multimercado	Sem vencto	100.818	100.818	93.686	93.686
Participações	Sem vencto	1.411	1.411	1.535	1.535
Imobiliário	Sem vencto	865	865	677	677
Empréstimos e Financiamento		5.076	5.076	5.155	5.155
Empréstimos	Sem vencto	5.076	5.076	5.155	5.155
Outros Realizáveis		-	-	3	3
Caderneta de Poupança	Até 360 dias	-	-	3	3
Total da carteira de investimentos		208.466	210.648	174.648	174.648

C. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS:

		2016			2015	
		Sem vencto.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado
GAP CORUJA Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado					49.634	49.843
Fundos Renda Fixa	16.317			16.317	16.317	19.765
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI ¹			14.759	14.759	14.997	23.762
Debentures ¹			5.857	5.857	5.828	2.506
Operações Compromissadas – LTNO			6.307	6.307	6.307	190
Contas a Pagar/Receber	6.393			6.393	6.393	(130)
Caixa						
PELICANO Fundo de Invest. Multimercado					41.707	41.707
Fundos Renda Fixa				-	-	403
Opção de Futuro				-	-	(352)
Swap	(171)			(171)	(171)	378
Operações compromissadas - LTNO			1.439	1.439	1.439	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT			549	14.442	14.991	14.991
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B				25.565	25.565	25.565
Contas a Pagar/Receber				(127)	(127)	(12)
Caixa				10	10	

(1) Títulos mantidos até o vencimento.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2016	2015
Benefícios a pagar	34	2
Retenções a recolher	137	388
Outras exigibilidades (*)	8	83
Total de Gestão Previdencial	179	473

(*) Outras exigibilidades referem-se as contribuições de patrocinadoras recebidas a maior e que encontram-se em análise para devolução.

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
Contas a pagar		
Folha de Pagamento	66	78
	66	78
Retenções a recolher	2	-
Tributos a recolher	37	50
Total de Gestão Administrativa	105	128

6.3 INVESTIMENTOS

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos	3	2
Relacionado com o Disponível	4	15
Outras Exigibilidades (*)	6	138
Total de Gestão Administrativa	13	155

(*) outras exigibilidades referem-se as transferências financeiras que irão ocorrer entre o Plano Previdencial e o PGA.

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Willis Towers Watson, contratada pela PREVEME II, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização sendo: aposentadoria normal, antecipada, benefício proporcional, portabilidade, resgate de contribuição e parcela CD dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte utiliza-se o método de Capitalização Financeira. Parcela referente ao acréscimo das contribuições futuras da patrocinadora nos benefícios de pensão por morte do ativo e aposentadoria por invalidez utiliza-se o Método do Crédito Unitário Projetado.

7.2. EQUILIBRIO TÉCNICO

No exercício de 2015, o Plano apresenta situação superavitária pelo quarto ano consecutivo de Reserva Especial para Revisão do Plano e o primeiro em que a mesma se encontra superior a Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado, sendo obrigatória a destinação da reserva especial do excedente. Assim, foram constituídos fundos previdenciais de patrocinadora e participante da norma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008.

Superávit apurado antes da destinação	6.825
Reserva de Contingência	541
Reserva Especial para Revisão do Plano (a)	6.285
Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado (b)	4.891
Ajuste para atender a legislação (*) (c)	66
Valor para destinação da reserva especial (a-b-c)	1.328

(*) Ajuste para atender os requisitos mínimos do artigo 9 da Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CGPC nº 22/2015. Tábua de Mortalidade mínima AT 2000 suavizada em 10% e taxa de juros de 4,59% a.a.

No exercício de 2016 a reserva de contingência corresponde a 17,16% da provisão matemática do plano estruturada na modalidade de benefício definido. Entretanto, para sua apuração, não foi deduzida a parcela referente a provisão matemática a constituir - conta serviço passado, conforme previsto na citada resolução, eis que seu valor é superior ao da provisão matemática resultando em reserva de contingência negativa.

7.3. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto no art. 28 da Resolução CCGPC nº 26/2008, nas situações de distribuição de superávit o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação é obrigatório.

Entretanto o referido ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com prazos e montantes de recebimento de principal e juros iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios, consequentemente este não se aplica ao Plano de Benefícios da Entidade.

7.4. FUNDOS

O Fundo de Reversão, de acordo com o Regulamento do Plano de Benefícios é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas para concessão de benefícios ou resgate de contribuições e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras da Patrocinadora ou para a projeção de contribuição normal de Patrocinadora, desde que previsto no plano de custeio anual aprovados pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

O Fundo de Revisão, formado pelos valores para destinação da reserva especial, parte Patrocinadora tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora. Essas contribuições serão creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente. O Fundo de Reversão, parte Participante foi atribuído aos participantes ativos em 31/12/2015 e foi utilizado para reduzir a contribuição básica de participante através de reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPD's por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano.

O Fundo Administrativo corresponde a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.

8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	Em 31 de dezembro de 2015	Constituição/(Reversão) no exercício	Em 31 de dezembro de 2016
Provisões matemáticas			
Plano de Benefícios	165.195	33.331	198.526
Total de provisões matemáticas	165.195	33.331	198.526
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	541	(148)	393
Reserva para Revisão do Plano	4.957	416	5.373
Total do Equilíbrio Técnico	5.498	268	5.766
Fundos			
Previdencial	2.535	53	2.588
Administrativo	326	265	591
Investimentos	654	110	764
Total de Fundos	3.515	428	3.943

8.1. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre o atuário e a Entidade e contam com o aval das patrocinadoras. Para o fechamento do exercício de 2015 foram realizados estudos de aderência das hipóteses atuariais.

Para o fechamento do exercício de 2016 foram realizados estudos de aderência da hipótese de taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2016 e da Instrução nº 23/2015.

As principais hipóteses financeiras, biométricas e demográficas utilizadas na apuração das provisões matemáticas foram:

• **Hipóteses econômicas e financeiras**

	2016	2015
Taxa real de juros:	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário:	4,0% a.a.	4,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
Salários:	100%	100%
Benefícios do plano:	100%	100%

• **Hipóteses biométricas e demográficas**

	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral:	AT – 2000 (*)	AT – 2000 (*)
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Invalidez:	RRB – 1944 modificada desagravada em 75%	RRB – 1944 modificada desagravada em 75%
Tábua de Rotatividade:	Experiência Towers Watson modificada PreveMe II	Experiência Towers Watson modificada PreveMe II

(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%.

As Hipóteses Biométricas e Demográficas foram mantidas e estão de acordo com o Estudo de Aderência realizado em dezembro de 2014.

9. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

10. IMPOSTO DE RENDA, PIS E COFINS

A) IMPOSTO DE RENDA

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida Lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

B) PIS E COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e o COFINS (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade sobre as receitas administrativas.

II. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

GUSTAVO BICUDO E CECCATO
Diretor Superintendente
CPF: 172.037.978-56

RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
Contador – CRC 1SP-221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME II
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 31 de março de 2017, às 14:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., Edifício 24. **PRESENÇA:** Conselheiros presentes – JOSE FERNANDO DO VALLE, FRANCISCO MIGUEL BARBEIRO e AFONSO LUIZ CHAGURI, como convidada, RENATA VENTURA MENDES, brasileira, casada, domiciliada no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, portadora do RG nº 28.335.313-2 SSP/SP e no CPF/MF sob nº 314.605.648-80. **MESA:** JOSE FERNANDO DO VALLE – Presidente e RENATA VENTURA MENDES – Secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) Discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Sociedade do exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2016; (ii) Discutir e deliberar sobre a Avaliação Atuarial de 31 de Dezembro de 2016. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** (i) Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação de todos os membros do Conselho Deliberativo, as Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2016, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, de acordo com parecer que delas é parte integrante, bem como receberam parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Sociedade, em reunião realizada nesta data às 09:00 horas. Após, este Conselho deliberou pela aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Contábeis Consolidadas exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2016. Passando para o item (ii) da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros, os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de Dezembro de 2016, documentados no Parecer Atuarial elaborado pela TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA em 17 de Fevereiro de 2017, em cumprimento à Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012, que altera a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006. Após criteriosa análise, a Avaliação Atuarial de 31 de Dezembro de 2016 foi aprovada por todos, sem ressalvas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 31 de Março de 2017.

MESA: JOSE FERNANDO DO VALLE - Presidente;
RENATA VENTURA MENDES - Secretária.
VISTO: RITA DE CÁSSIA DUARTE - OAB/SP nº 127.882.

CONSELHEIROS:


JOSE FERNANDO DO VALLE


AFONSO LUIZ CHAGURI


FRANCISCO MIGUEL BARBEIRO





PARECER DO CONSELHO FISCAL



SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEVE II
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 31 de março de 2017, às 12:00 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda, Edifício 24. **PRESEÇA:** CONSELHEIROS – MARCIO ELIANDRO POMINI, RENATA VENTURA MENDES e ANDERSON MEIRA COTRIM. **MESA:** MARCIO ELIANDRO POMINI – Presidente e RENATA VENTURA MENDES – Secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) Apresentação e avaliação dos resultados obtidos em Avaliação Atuarial de 31 de Dezembro de 2016; e (ii) Apresentação e avaliação das Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2016. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** (i) Iniciados os trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros os principais resultados obtidos na Avaliação Atuarial de 31 de Dezembro de 2016, documentados no Parecer Atuarial elaborado pela TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA em 17 de fevereiro de 2017, em cumprimento à Resolução CNPC nº 09, de 29 de novembro de 2012, que altera a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006. Após criteriosa análise, o Conselho, por unanimidade e sem ressalvas, emitiu parecer favorável à Avaliação Atuarial de 31 de Dezembro de 2016. A seguir, o referido Parecer Atuarial será apresentado à Diretoria e submetido para aprovação do Conselho Deliberativo da Sociedade; (ii) Na sequência, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros as Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2016, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer integrante do Relatório, após o que este Conselho, por unanimidade e sem ressalvas, emitiu parecer favorável às Demonstrações Contábeis Consolidadas. A seguir, as referidas Demonstrações Contábeis Consolidadas serão apresentadas à Diretoria e submetidas para aprovação do Conselho Deliberativo da Sociedade. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré 31, de março de 2017.

MESA:  MARCIO ELIANDRO POMINI – Presidente.
 RENATA VENTURA MENDES - Secretária.
VISTO: RITA DE CÁSSIA DUARTE - OAB/SP Nº 127.882.

CONSELHEIROS:


 MARCIO ELIANDRO POMINI


 RENATA VENTURA MENDES


 ANDERSON MEIRA COTRIM



PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2016.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios são: Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, 3M do Brasil Ltda., 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda. e Instituto 3M.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 462, de 27/08/2015, publicada no D.O.U. em 28/08/2015.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder		30/09/2016
Participantes ativos		
Número		3.433
Idade média (em anos)		38,28
Tempo de serviço médio (em anos)		11,26
Participantes em aguardo de benefício proporcional¹		
Número		378

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos		30/09/2016
Número de aposentados válidos		137
Idade média (em anos)		60
Valor médio do benefício (R\$)		1.859,23

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,0%	5,0%
Projeção do crescimento real de salário	4,0%	4,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
• Salários	100%	100%
• Benefícios do plano	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Não Aplicável	Não Aplicável
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)
Tábua de Rotatividade	Experiência Towers Watson modificada PREVEME II	Experiência Towers Watson modificada PREVEME II

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic desagravada em 10%.

Outras hipóteses	2016	2015
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal
Composição familiar		
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

Para o fechamento do exercício de 2016 foi realizado estudo de aderência da hipótese de taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015.

As demais hipóteses foram mantidas e estão de acordo com o estudo de aderência realizado em dezembro de 2014.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 186/2016 e a Instrução nº 23/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada para desenvolver o estudo de aderência da taxa de juro do plano utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas e de crescimento salarial realizados pela Willis Towers Watson em 2014 e 2016, respectivamente, e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficou abaixo de 5,00% a.a. Assim, pode-se afirmar com um bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juro de 5,00% a.a. para o Plano PREVEME II, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O estudo acima foi enviado à Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II em atendimento a legislação.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa real anual de juros de 5,00% a.a. conforme apontou o resultado do estudo realizado.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano PREVEME II, realizou, em janeiro de 2016, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, apresentando o crescimento salarial real de 4,00% a.a.

As patrocinadoras consideraram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do plano, foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

As Hipóteses Biométricas e Demográficas foram mantidas e estão de acordo com o Estudo de Aderência realizado em dezembro de 2014.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização, conforme descrito a seguir:

- Aposentadoria Normal, Antecipada, Benefício Proporcional, Portabilidade, Resgate de Contribuições e parcela CD dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte: Método de Capitalização Financeira;
- Parcela referente ao acréscimo das contribuições futuras da patrocinadora nos benefícios de Pensão por Morte do Ativo e Aposentadoria por Invalidez: Método do Crédito Unitário Projetado.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço do Plano de Benefícios de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 208.235.410,35.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II.

De acordo com informações prestadas pela PREVEME II para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano PREVEME II possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	204.292.369,60
Provisões Matemáticas	198.526.367,40
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>33.383.037,21</i>
Contribuição Definida	33.383.037,21
Saldo de Conta de Assistidos	33.383.037,21
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>170.155.490,86</i>

Contribuição Definida	167.862.781,86
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	91.355.742,01
Saldo de Contas – Parcela Participantes	76.507.039,85
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.292.709,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.405.389,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(1.112.680,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(5.012.160,67)</i>
Serviço Passado	(5.012.160,67)
Patrocinador(es)	(5.012.160,67)
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	5.766.002,20
Resultados Realizados	5.766.002,20
Superávit Técnico Acumulado	5.766.002,20
Reserva de Contingência	393.428,86
Reserva Especial para Revisão de Plano	5.372.573,34
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	3.943.040,75
Fundo Administrativo	590.879,48
Fundo de Reversão	1.087.571,70
Fundo de Investimentos	764.512,47
Fundo de Revisão – Patrocinadora 2015	1.487.926,48
Fundo de Revisão – Participante 2015	12.150,62

O Fundo de Reversão, de acordo com o Regulamento do Plano Benefícios, é constituído pelas parcelas dos Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas para concessão de benefício ou resgate de contribuições e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras de patrocinadora ou para a projeção de contribuição normal de patrocinadora, desde de que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

Em 2015 o plano apresentava reserva especial pelo quarto ano consecutivo, entretanto foi o primeiro ano que o valor da reserva especial foi superior ao da provisão matemática a constituir - conta serviço passado, por tanto, foram constituídos fundos previdenciais de patrocinadora e participante na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008.

Em 2016, o Plano de Benefícios apresenta novamente reserva especial. Sendo este, o 1º ano de constituição desta reserva.

A reserva de contingência corresponde a 17,16% da provisão matemática do plano estruturada na modalidade de benefício definido. Entretanto, para sua apuração, não foi deduzida a parcela referente a provisão matemática a constituir - conta serviço passado, conforme previsto na citada resolução, eis que seu valor é superior ao da provisão matemática resultando em reserva de contingência negativa.

Durante o exercício de 2017 recomendamos a Preveme II adote as providências necessárias para obter junto à Previc autorização para revisão da conta serviço passado, de forma que seu valor guarde conformidade com as obrigações do plano. Isto ocorrendo será possível a aplicação integral dos dispositivos normativos vigentes para apuração da reserva de contingência.

Recomendamos adicionalmente que a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II proceda à utilização e destinação dos fundos previdenciais de revisão de participante e de patrocinadora de 2015.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto no art. 28 da Resolução CCGPC nº 26/2008, nas situações de distribuição de superavit o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação é obrigatório.

Entretanto, o referido ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com prazos e montantes de recebimento de principal e juros iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios, consequentemente este não se aplica ao Plano de Benefícios PREVEME II.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	203.538.528,07	204.375.197,87	-0,41%
Benefícios Concedidos	33.383.037,21	33.383.037,21	0,00%
Contribuição Definida	33.383.037,21	33.383.037,21	0,00%
Benefícios a Conceder	170.155.490,86	170.992.160,66	-0,49%
Contribuição Definida	167.862.781,86	167.862.781,86	0,00%
Benefício Definido	2.292.709,00	3.129.378,80	-26,74%

Convém ressaltar que 1,1% (R\$ 2.292.709,00) do Passivo Atuarial de R\$ 203.538.528,07 é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco. Os 98,9% restantes (R\$ 201.245.819,07) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II.

A variação da provisão matemática de benefícios a conceder – benefício definido foi resultado basicamente da movimentação na base de dados de participantes.

VI – PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, de abril de 2017 a março de 2018, as contribuições equivalentes a 0,55% da folha de salários, sendo 0,07% correspondente ao custo normal, mais 0,21% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado e 0,27% para cobertura das despesas administrativas.

As patrocinadoras utilizarão, durante o ano de 2017, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão para financiar as contribuições mensais referentes ao custo normal de 0,07% da folha de salários de participação e à amortização das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado de 0,21% da folha de salários de participação.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento e estimadas em 4,66% da folha de salários.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é de 12 anos e 8 meses, contados a partir de 31/12/2016.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas, em 31/12/2016, em 3,88% da folha de salários.

Autopatrocínados

Os participantes que optaram pelo instituto do autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes aguardando o benefício proporcional diferido deverão efetuar a contribuição de 0,27% sobre o salário de participação para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Resumo comparativo do plano de custeio

Dada a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2017)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	0,07%	0,09%
Serviço Passado	0,21%	0,18%
Custeio Administrativo	0,27%	0,27%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,55%	0,54%

O plano de custeio entrará em vigor em 01/04/2017.

VII – CONCLUSÃO

O superavit do exercício se deve basicamente a redução do número de participantes.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, e recomendamos que o fundo de revisão de participante seja distribuído para que atenda a legislação vigente conforme exposto no capítulo IV deste parecer atuarial.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017.

Rafael dos Santos Silva
MIBA nº 1.235

Renata Ivi C. Ferreira
MIBA nº 2.556

 *vpreveme II*